

As sem-razões do Senado contra São Paulo

ESTADO DE SÃO PAULO

27 SET 1997

As votações no Senado são difíceis de entender. Ora vota a emenda da Previdência, consagrando privilégios, ora decide que é preciso parecer de sua Comissão de Constituição e Justiça para deslindar problema da maior complexidade jurídica, que já havia sido examinado pelos membros da comissão: pode o Executivo firmar um acordo de R\$ 50 bilhões com o Estado de São Paulo se há evidências de que R\$ 1,7 bilhão foi empregado para fins outros que os autorizados — pelo próprio Senado? No governo Fleury, a Casa aprovou a emissão de títulos estaduais para pagar precatórios. Do total aprovado — segundo relatório da CPI sobre os títulos públicos — R\$ 1,7 bilhão não foi usado para pagar precatórios. A dúvida hamletiana do Senado é a seguinte: se houve desvio de verba, quem é o responsável? O Estado de São Paulo, pessoa jurídica de Direito Público, ou quem, como governador, determinou o mau uso do dinheiro? Tudo leva a crer que a maioria dos senadores considera que o Estado é o responsável — tanto assim que, segundo ela, a União não pode responder, sem mais nem menos, por esse dinheiro como

consta do acordo firmado com o governo paulista. Essa interpretação é realmente fantasiosa — para não dizer fantástica, na medida em que a Comissão de Constituição e Justiça tinha aprovado o acordo, remetido o processo para a Comissão de Assuntos Econômicos, que o aprovou em seguida e o enviou para o plenário. Tudo dentro do regimento — nada parecido com a aprovação dos títulos para pagar precatórios, que eram relatados diretamente em plenário e aprovados do jeito que se soube com a CPI.

O governador Mário Covas tem suas suspeitas dos motivos que levaram o Senado a devolver o processo à CCJ para saber se R\$ 1,7 bilhão podem entrar na negociação ou não. Falou em “dedo de baiano”, aludindo ao voto do senador da Bahia que secundou os senadores Amin e Suplicy no pedido de “diligência”.

Não fosse a situação política, poderia apontar outros “dedos”, bem mais próximos de São Paulo. De qualquer maneira, como não se pode julgar intenções, deixemos os “dedos” de lado; igualmente, como Covas, não podemos considerar que a posição que ele assumiu com relação à Lei Kandir tenha

influenciado o Senado. Afinal, na boa doutrina constitucional, a Câmara Alta representa os Estados da Federação, e todos os que têm o que exportar estão contra a lei. Que resta então para explicar essa decisão, que no fundo encerra uma crítica ao trabalho dos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça? Deixando de lado os “dedos”, fica apenas o fato de o Senado não saber ao certo quem é o responsável pelo mau uso do dinheiro — que é muito em termos absolutos, mas pouco em termos relativos. Tão pouco que Covas até chegou a insinuar que retirassem esse bilhão e setecentos do acordo, pois assim o governo paulista pagaria menos juros... Pouco em termos relativos e apenas o dobro daquilo que o Tesouro paulista reclama da União por conta da Lei Kandir.

É preciso dizer que o Senado deu um passo em falso — isso apesar do que possam rugir os leões do Congresso que querem cercar a liberdade de imprensa, quando eles são criticados. Ao adiar a aprovação do acor-

do, o Senado, em primeiro lugar, mostrou não saber quem é o responsável pelo mau uso do dinheiro. Em segundo lugar, atrasou novamente a solução de um problema que se arrasta há anos e que é do interesse da União, pois permite um melhor

controle do déficit público. Em terceiro lugar, obriga o presidente da República a emitir outra medida provisória, prorrogando o Regime de Administração

Especial Temporária (Raet) do Banespa. Com isso, atrasa o processo de privatização do banco. Em quarto lugar, ao não aprovar o acordo, desobriga o governo do Estado de São Paulo a cumprir cláusulas que o obrigam a transferir ativos para a União. Na verdade, o representante dos Estados — mas não do interesse público, como se viu na votação da emenda da Previdência — acabou agindo contra o Estado de São Paulo. Por quê? Ninguém sabe. A menos que tenha havido não “dedo” mas “mãos” interessadas em criar dificuldades para o governo Covas em 1998, ano de eleições.

Nada consegue explicar por que o Senado atrasa a aprovação do acordo paulista com a União